

2 Viver na Cidade Grande

*“São 200, são 300
as favelas cariocas?
Tempo gasto em contá-las
é tempo de outras surgirem.
800 mil favelados
ou já passa de um milhão?
Enquanto se contam, ama-se
em barraco a céu aberto,
novos seres se encomendam
ou nascem à revelia.”*

(Carlos Drummond de Andrade.
Favelário nacional, 1984)

2.1 Entre “desenraizamentos” e superficialidades: transformações nos vínculos sociais

“O mundo explodiu lá fora A vida não é mais como devia ser O futuro é aqui e agora” (Charlie Brown Jr.)

A formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista veio modificar as relações que o indivíduo tinha com os âmbitos público e privado, inclusive contribuindo para constituição deste novo modo de subjetivação, o indivíduo como instância separada da sociedade. No século XVIII existia uma clara divisão entre a vida pública e a vida privada na Europa. Sennett (1998) considera que as exigências de civilidade, características do comportamento público, se opunham às exigências da natureza, referentes à família. Criavam-se novas modalidades de discurso e até mesmo de vestuário para que essa fronteira fosse bem demarcada. Nessa época, à medida que as cidades cresciam, aumentavam os locais onde estranhos podiam regularmente se encontrar, como enormes parques urbanos e ruas destinadas ao passeio de pedestres como forma de lazer. Teatros, óperas e cafés começaram a fazer parte do roteiro do grande público, não ficando mais limitados à elite. Havia um equilíbrio entre as duas realidades, não se preferia uma em detrimento da outra. “Enquanto o homem se fazia em público, realizava sua natureza no domínio privado, sobretudo em suas experiências dentro da família.” (Sennett, 1998, p.24).

Se no Iluminismo do século XVIII as tensões entre as exigências de civilidade e os direitos da natureza estavam presentes, no início do século XIX, com a ascensão de um

capitalismo industrial, ocorre uma mudança fundamental nas idéias de público e privado. Aos poucos, a luta pela ordem pública na cidade foi se desgastando, as pessoas passaram a se proteger contra ela. Dessa forma, a família passa a ser vista como um refúgio idealizado, um mundo exclusivo, com um valor moral mais elevado que o domínio público. A visão intimista é impulsionada à medida que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado. Hannah Arendt (1958) ressalta que com o surgimento da sociedade de massas, a esfera do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade. A vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública, e que a diferença se reduziu às questões privadas do indivíduo. A autora aponta ainda, que a chamada conduta social passa a ser promovida a modelo de todas as áreas da vida.

Ocorre uma mudança na organização do espaço urbano, começa-se a pensar o domínio público como desprovido de sentido. O espaço público se tornou uma derivação do movimento, destina-se à passagem, não mais à permanência. Sennett (1998) faz uma observação sobre o automóvel particular e o seu uso nas grandes cidades. Não se usa o automóvel para fazer turismo, para ver a cidade, ao contrário, o carro dá liberdade de movimentos, pode-se viajar sem ser interrompido por paradas obrigatórias como nos ônibus e metrô, ou seja, nos transportes coletivos. Às ruas da cidade cabe permitir a movimentação, se há algum impedimento como sinais e contramão, os motoristas já ficam nervosos. O mais grave disso tudo é que assim como as pessoas se isolam no automóvel particular, “o indivíduo condominizado não se direciona para o espaço público – praças, ruas, vizinhos, uma vez que se encontra assentado em solitárias formas de convivência.” (Vilhena, 2009, p. 106). Tudo o que as envolve perde qualquer significado, restando apenas o meio para chegar a um fim. A autora questiona então, “o que é que o laço social vem disponibilizando ao sujeito contemporâneo.” Nesse sentido de isolamento social, acabamos perdendo nossa visibilidade para os outros (Sennett, 1998). Nas palavras do próprio autor:

Atualmente, experimentamos uma facilidade de movimentação desconhecida de qualquer civilização urbana anterior à nossa, e no entanto a movimentação se tornou a atividade diária mais carregada de ansiedade. A ansiedade provém do fato de que consideramos a movimentação sem restrições do indivíduo como um direito absoluto. O automóvel particular é o instrumento lógico para o exercício desse direito, e o efeito que isso provoca no espaço público, especialmente no espaço da vida urbana, é que o espaço se torna sem sentido, até mesmo endoidecedor, a não ser que possa ser subordinado ao movimento livre. A tecnologia da movimentação moderna substitui o fato de estar na rua por um desejo de eliminar as coerções da geografia. (p. 28).

Ainda a este respeito, Bauman (2001) vai caracterizar os espaços públicos presentes na cidade grande. Ele aponta que o espaço urbano, árido, pouco hospitaleiro,

devassado, serve exclusivamente à passagem das pessoas, à sua exibição, mas não ao encontro. Outros espaços públicos são destinados ao consumo, como salas de espetáculos, shopping centers e restaurantes. O que vai predominar nesses ambientes é o contato com a mercadoria, e não com outras pessoas. Para o autor, as cidades são lugares cheios de desconhecidos que convivem com estreita proximidade, ao alcance dos olhos e das mãos, o que introduz um grau considerável de incerteza nas atividades cotidianas dos habitantes das cidades. Compartilhar o espaço da cidade com estrangeiros pode ser uma tarefa bastante incômoda, todavia, não há como evitarmos. Ainda nesse sentido, Vilhena (2009) analisa que sob a justificativa de uma política de segurança, estamos acabando com a vida da rua, com suas diferenças, seus cheiros, seus ruídos e seus “estranhos”. A criação dos shopping-centers seria a tentativa de duplicar a cidade, sem o que “desagradável” há nela, o diferente, uma vez que o diferente deve ser banido de sua convivência (Vilhena, 2009).

Uma outra categoria que Bauman expõe é a de não-lugar. Os não-lugares, que também são públicos, têm como característica uma padronização dos comportamentos, não deixando espaço para qualquer marca subjetiva. O que ocorre são rituais e regras de conduta. Nem mesmo a civilidade do sujeito precisa ser mobilizada, como se para estar nesses lugares, os sujeitos precisassem somente de um manual. Os sujeitos não se “revelam”. São os aeroportos, auto-estradas, quartos de hotéis. Para finalizar, Bauman considera os espaços vazios, vazios de significado, portanto não vistos, ignorados. Um exemplo são as sobras dos projetos arquitetônicos, e até áreas que estão povoadas, mas que não fazem parte do referencial, ou do “mapa mental” que os sujeitos têm da cidade (Simmel, 1967).

Quando falamos sobre o bairro de Pedra de Guaratiba, imediatamente a referência que vem às pessoas são os restaurantes ou as peixarias, não conseguem visualizar as favelas e ocupações desordenadas cada vez mais crescentes na região. No entanto, para se chegar a esses restaurantes, a passagem por esses espaços é obrigatória, mas não são vistos, já que o foco do passeio da família no final de semana ou do jantar entre amigos é outro. Já tão acostumados a procurar o bairro no momento de lazer, não conseguem dar conta da degradação e das condições miseráveis em que muita gente está vivendo, inclusive os garçons e a cozinheira do restaurante que freqüentam. Ou seja, esses espaços não fazem parte do “mapa mental” desses sujeitos. Vilhena (2003) aponta que a construção do “mapa mental” faz parte das estratégias de sobrevivência que os sujeitos vão traçando para viver na cidade grande. No exemplo acima, trata-se da “vida mental dos privilegiados”, reiterando uma prática de segregação daquilo que não desejo ver e aprofundando a incomunicabilidade entre os diferentes na vida da metrópole. (p. 06).

Esta linha de autores (Bauman, 2001; Costa, 1997; Sennett, 1998 e Lasch, 1986), ao falar de demarcação entre espaços público e privado, analisa também a predominância

que o universo privado assume na contemporaneidade.⁵ Dessa forma, Vilhena (2009) coloca que a privatização do espaço público esvazia o que de político há nele, exatamente o espaço aberto para discussões, ou seja, a polis. Costa (2000) acrescenta um ponto a mais nesta discussão, ao mostrar que a privacidade, percebida como sagrada, uma vez que se tornou um fator importante de resistência à opressão, é pouco a pouco, absorvida pela moral do consumo. O privado, o “íntimo”, passa a ser visto como algo que possui atrativos. O outro passa a se interessar pela privacidade alheia, e o que vale neste momento é a exposição de algo que se torna lucrativo e vendável.

O ‘cidadão’ se encolheu no ‘consumidor’ e, praticamente, reduziu sua liberdade de expressão à escolha dos bens e serviços que deseja possuir. O ‘sagrado’, depois de politicamente secularizado, foi economicamente rebaixado ao ‘pegue e pague’ do que é mais lucrativo. (Costa, 2000, s/p.).

O que ocorre em nossos dias é uma grande confusão entre vida pública e vida íntima. As pessoas tratam em termos pessoais os assuntos públicos, da mesma forma em que há uma exibição publicitária da privacidade. Se Foucault, em “Vigiar e Punir” (1978), falava da sociedade panóptica como estratégia de controle, o mundo pós-moderno e a total exibição da vida íntima geram também a produção, de maneira diferenciada, mas não menos controladora, de “corpos dóceis”, como nos mostra Bauman (1999). Nos dias de hoje, o sujeito é invadido pela sedução da sociedade de espetáculo, que produz modelos a serem seguidos e, sobretudo, consumidos.

Nudez, hábitos de higiene; atos e fantasias sexuais; ímpetos destrutivos; rituais de amor ou de elevação espiritual etc., foram, por dois ou três séculos, resguardados da luz do público. A sociedade de massas e a economia globalizada deram às costas a tudo isso. Na moral da publicidade, tudo o que é vendável deve ser visível. Ao se mostrar tudo a todos, contudo, nada mais resta de ‘íntimo’. A mais leiga da cultura já trocou o recato pela autoflagelação moral em público, transformando em assunto mundano o que era matéria de respeito e sigilo pessoais. (Costa, 2003, s/p.).

A cultura da confissão publicitária acaba produzindo um evitamento de sentimentos, já que, se é necessário mostrar o que se sente, uma boa saída é não sentir. Nesse caso, o retraimento do sentimento é uma forma de manter certa invulnerabilidade. Assim, superficializa-se as relações. A relação com o outro é posta em segundo plano, o próprio bem-estar passa a ser a finalidade última de nossa existência (Costa, 2000 e 1997; Sennett, 1998). Simmel (1902 [1967]) apontou a intensa quantidade de estímulos nervosos a que um homem está exposto na cidade grande. É por esse motivo que o

5 Um bom exemplo disto é o título do livro de Sennett (1998), “O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade”, que aponta muito bem as questões discutidas acima.

homem contemporâneo desenvolve uma espécie de “filtro sensorial” como meio de proteção a essa avalanche de invasões externas. Protegendo-se, o homem metropolitano está preservando sua vida subjetiva, e para isso se faz necessário uma grande parcela de racionalidade e um tamponamento da emoção.

Essa seria uma explicação para o comportamento do sujeito contemporâneo nos relacionamentos que estabelece, onde o que predomina é a superficialidade. Produz-se assim uma subjetividade deficiente no sentir e, conseqüentemente, a indiferença em relação ao outro e um isolamento em interesses privados. Ocorre então o distanciamento daquele que não mais reconheço como meu semelhante, e um desprezo pelo diferente, considerado como inferior (Vilhena, 2003; 2009). A intolerância ao outro pode ser entendida como um traço específico da violência moderna. Entretanto, sem a proteção que era oferecida pela rede de vínculos sociais, o indivíduo torna-se frágil e vulnerável (Bauman, 2006). Certos fatores que condicionam a pobreza impedem a produção de “ilusões” coletivas, de idealizações comuns, como as constantes migrações, remoções de área de risco e ocupações urbanas malsucedidas, que impõem um regular deslocamento territorial a comunidades inteiras. Lopes (2002) analisa que “essas constantes idas e vindas geram um descentramento comunitário (de base territorial) e impedem a formação de laços de sociabilidade mais duradouros ou consistentes num lugar.” (p. 165). Essa “*desterritorialização*” (Guattari & Rolnik, 1996), está deslocando sempre o sujeito de modos de fazer (trabalho), de temporalidades e de viver, familiares ao seu cotidiano. Lopes (2002) considera que as situações de exclusão produzem uma fragmentação das relações sociais, enquanto Passetti (2002) fala sobre a ausência de ideais nas zonas de confinamento.

A vida associativa, fundamental no direcionamento das demandas coletivas e de uma sociabilidade positiva, solidária e fraterna, acaba se desmantelando (Vilhena, 2009). Janice Perlman (2003) num estudo comparativo que fez nas favelas com um espaço de tempo de trinta anos, concluiu que nos dias de hoje existe consideravelmente menos “diversão” no espaço público, menos participação nas associações de moradores, e menos visitas entre amigos e parentes, e que com exceção das igrejas, a participação em qualquer tipo de organização declinou enormemente.

O que observamos é que o lugar para os afetos, as amizades, o respeito mútuo, a confiança, vai ficando cada vez mais restrito; a circulação entre os espaços cada vez mais circunscrita e as trocas entre os pares cada vez mais inexistentes. (Vilhena, 2009, p. 103).

2.2 “Diga-me onde moras e te direi quem és”⁶: discutindo a exclusão social

*“Lá não tem brisa
Não tem verde-azuis
Não tem frescura nem atrevimento
Lá não figura no mapa
No avesso da montanha, é labirinto
É contra-senha, é cara a tapa”
(Chico Buarque)*

É fácil visualizar o crescente processo de urbanização do nosso país. Se nos anos 30, nossa população compunha 30% de área urbana e 70% de área rural; nos anos 75, com o avanço do capitalismo e a Revolução Industrial, a realidade já se configurava de forma bastante diferenciada (50% urbana e 50% rural). A consequência desses fatores, é que no ano 2000, 80% da população brasileira ocupava as áreas urbanas e apenas 20% permanecia na zona rural. Fenômeno que Bauman (1999, 2003) denominou de desenraizamento. O crescimento das grandes cidades e o “esvaziamento” das regiões rurais teve como base constitutiva a formação de uma população livre, despossuída dos meios de produção para a própria subsistência, detentora apenas de sua força de trabalho, o que Marx (1968), denominou de expropriação dos trabalhadores diretos. Pacelli (1999) pondera que temos que pensar no migrante considerando seu confronto diante da duplicação espacial, o urbano e o rural, pois perde seu espaço mínimo de referência. Tivemos, com isso, um crescente assalariamento da mão-de-obra disponível, ao mesmo tempo em que as inovações tecnológicas eram introduzidas no mercado, gerando grande número de desemprego. A passagem da economia doméstica para a economia manufatureira, posteriormente para a fábrica e a indústria. Com isso, a proletarização do trabalhador sem qualificação e a migração rural para a cidade. Tal fenômeno é facilmente observado na cidade do Rio de Janeiro, as populações que ocupam as favelas em sua maioria são oriundas de regiões rurais de nosso país, inclusive tendo sido criada a Associação dos Nordestinos do Brasil.⁷ Esse processo de mercantilização da força de trabalho e a constante subordinação do trabalho ao capital, forçava para baixo o valor dos salários dos que estavam empregados, já que existia um grande contingente de mão-de-obra apta, à espera de uma oportunidade, o que Marx (1968) chamou de exército industrial de reserva. Nesse sentido, Pacelli (1999) questiona que destino está reservado aos deserdados da globalização. “Qual o lugar, numa cultura planetária, para os que não se inserem de algum modo nas expectativas e exigências ditadas pela lógica totalizante e

⁶ (Vilhena, 2003).

⁷ Ver reportagem do Jornal O Globo de 17 de abril de 2009, com entrevista do presidente da Associação, Rozemberg Alves do Nascimento.

imperativa do mercado (de bens, de serviços, de identidades, de itens culturais, de consumo?)" (p. 13).

Nos dias de hoje, o eixo de funcionamento da sociedade sai da fábrica e vai para o mercado, o que se faz presente não é mais a sociedade de produção, mas a sociedade de consumo e de circulação de mercadorias e serviços (Martins, 1997).

(...) ninguém pode ser excluído do mercado, simplesmente porque ninguém pode dele sair, posto que o mercado é uma forma ou uma `formação social` que não comporta exterioridade (...) Não seria o mercado essa estrutura ou instituição social paradoxal, talvez sem precedentes na história, que inclui sempre suas próprias `margens` (e portanto seus próprios `marginais`) e que, finalmente, somente conhece exclusão interna? (Balibar apud Fontes, 2005, p. 25).

Martins (1997) traz uma discussão acerca do conceito de exclusão, que considera impróprio e acaba distorcendo o problema que se pretende abordar. Afirma que a palavra exclusão indica uma dificuldade muito mais que uma certeza, e o modo como está sendo usada na contemporaneidade está a serviço da desmistificação da palavra pobre, à medida que também estamos questionando qual a nova concepção de pobreza e o que queremos dizer quando nos apropriamos dessa palavra. Fontes (2005), no mesmo sentido, salienta que o tema da exclusão, embora apareça veiculado nos meios de comunicação como uma nova questão, além de ter uma história atrás de si, pode se referir a fenômenos profundamente diversos. O que ocorre nos dias de hoje é um complexo processo social de redefinição de posições e localizações das pessoas no mundo do trabalho, ou seja, o problema está então, na inclusão (ou re-inclusão) (Martins, 1997). O autor trabalha ainda o conceito de inclusão precária e instável para designar aqueles que estão sendo brutalmente afetados pela nova desigualdade social e para os quais há apenas lugares residuais na nossa sociedade. Ou como diria Bauman (2005), o refúgio humano que as transformações econômicas vêm produzindo, pautadas num capitalismo que desenraíza e brutaliza todos nós. A noção do excluído não é uma noção do sujeito que se percebe como tal, é uma noção construída pelo indivíduo integrado para nomear o outro. É uma categoria abstrata porque está referenciada ao sujeito que está dentro do sistema. Todos somos iguais, mas vivemos em um mundo onde a desigualdade é fundamental. Fontes (2005) traz o conceito de inclusão forçada para falar de formas de discriminação e segregação includentes e da produção de uma superpopulação relativa, que sofre na crise contemporânea, "ligada ao sistema capitalista mas permanentemente mantida em suas margens, reconstituindo sem cessar um excedente de mão-de-obra disponível para o mercado de trabalho." (p. 23). Dessa forma, o que está em questão é justamente a inclusão, ou seja, a degradação dessa reinclusão, já que o tempo de procura por trabalho está cada vez mais longo, isso, quando se consegue uma nova ocupação. Estar

desempregado passou a ser um estado permanente e freqüente. “O período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório.” (Martins, 1997, p. 33). Podemos então pensar que a sociedade está produzindo uma massa de população sobrando (Bauman, 2005), e, portanto, que o capitalismo contemporâneo provoca transformações que indicam um recuo na dimensão inclusiva, uma vez que a exclusão social era vista anteriormente como uma forma passageira de um desequilíbrio ou como uma disfunção social. Ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento da desigualdade, há uma retração da própria inclusão no mercado. De acordo com Bauman (2006), as pessoas passam a ser vistas como não aptas para a integração e não é possível vislumbrar qualquer função que possam vir a desempenhar, como se fossem inassimiláveis para a constante roda viva. Acaba-se vivendo num beco sem saída, como se o destino fosse irrevogável.

A tendência, e o novo risco, é um alijamento do mercado tout court (o termo mais evidente e mais empregado é `os sem`, que já conta com equivalente em quase todas as línguas: sem-terra, sem-teto, sem-comida etc.). O risco atual é o da constituição de populações desnecessárias, inclusive para a regulação capitalista. (Fontes, 2005, p. 32).

Martins pondera ainda que essa reinclusão até pode se dá no plano econômico, quando a pessoa consegue um biscate para sobreviver, mas não se dá mais no plano social. Nesse sentido, Perlman (2003) pondera que o conceito de exclusão foi além do dualismo econômico e desemprego para uma questão de direitos e oportunidades de cidadania. Lopes (2002) afirma que os sujeitos excluídos se vêem em graus profundos de privação de capacidades. A sociabilidade fica, pois, prejudicada. O modo como são reincluídas compromete radicalmente a condição humana, já que ocorre uma desintegração moral e social. Martins também questiona de onde vem o dinheiro de algumas pessoas dessas comunidades, muitas vezes, de um poder paralelo próprio (tráfico de drogas e milícias), e outras vezes de um trabalho degradante do ponto de vista social, sem direitos e garantias mínimas. Incluídas economicamente, essas pessoas estariam criando um mundo à parte. “(...) está crescendo brutalmente no Brasil uma outra sociedade que é uma sub-humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, escusos etc.”(Martins, 1997, pp. 35/36). As pessoas podem até ter dinheiro, mas continuam à margem, “são tratados como cidadãos de segunda categoria e sabem disso (...) estão separadas por estamentos, categorias sociais rígidas que não oferecem alternativas de saída. (...) Entre esses dois mundos abre-se uma fratura difícil de ultrapassar.” (op. cit.,

1997, p.36). Como se existisse uma não comunicação cada vez mais grave entre dois mundos diferentes, compostos por duas categorias de cidadãos.

A inexorabilidade da ordem de despejo e as perspectivas pouco animadoras de qualquer tentativa de recorrer da sentença são o que converte os atuais excluídos em classes perigosas. (...) (E o que gera) a dissipação gradual da esperança e o progressivo abandono da vontade de resistir. (Bauman, 2006, p. 19).

José de Souza Martins problematiza ainda o trabalho como ocupação que o sujeito tem e que gera renda, além de ser formador e produtor de subjetividade. Faz um contraponto ao sujeito que só depende do Estado de Bem-Estar Social. As políticas sociais compensatórias legitimam a “exclusão”? São formas de inclusões enganadoras? No mesmo sentido, Wacquant (2001) também aponta a exclusão como um conceito impreciso e, portanto, equivocado. De que exclusão se fala? A partir do conceito de “marginalidade avançada”, Passetti (2002) faz um contraponto entre uma anomia temporária e uma forma acabada de deslocamento, considerando que essas pessoas não são mais vistas pelo Estado como capazes de recuperação, e são encaradas como os principais inimigos sociais:

(...) vêem-se como algo à parte, pleiteando vida à parte, redimensionando a rotina das estigmatizações (...) se unificam na conformidade em habitar a periferia (...) confinadas em suas territorialidades, se separam e são repartidas ainda como virtuosas e viciadas, pertencentes a famílias estruturadas e desestruturadas, clamando mais segurança do Estado penalizador. (p.10).

Concordando com tantos outros autores, Denise Jordelet (2004) afirma que a noção de exclusão é polissêmica e pode ser oriunda de fenômenos muito variados. Ressalta que o estado estrutural da organização social vai promover um tipo específico de relação social, que deve ser contextualizado historicamente. Através da psicologia social, a autora tenta compreender de que maneira pessoas ou grupos que são objetos de uma distinção, são construídos como uma categoria à parte.

Nesse sentido, traz à tona a discussão muito presente na contemporaneidade, a avaliação depreciativa das pessoas que sofrem alguma forma de exclusão, como se a responsabilidade por tal fenômeno fosse individual, desconsiderando todos os fatores sociais, políticos e econômicos. Guareschi (2004) fala sobre uma “individualização do social e um endeusamento do individual” (p. 152). Quando as pessoas são, individualmente, responsabilizadas, por uma situação econômica adversa e injusta, esquece-se de causalidades históricas e sociais, produzindo uma visão extremamente reducionista do ser humano.

Na legitimação da exclusão, é necessário encontrar uma vítima expiatória sobre quem descarregar o pecado de marginalização, ou quase genocídio, de milhões. Essa vítima é o próprio excluído. (...) O ser humano, pensado sempre fora da relação, é o único responsável pelo seu êxito ou pelo seu fracasso. Legitima-se quem vence, degrada-se o vencido, o excluído. (Guareschi, 2004, p. 154).

Utilizando o conceito criado por Bar-Tal (1989), Paugam analisa que:

Os estereótipos de deslegitimação visam a excluir moralmente um grupo do campo de normas e de valores aceitáveis, por uma desumanização que autoriza a expressão do desprezo e do medo e justifica as violências e penas que lhe infligimos. (2004, p. 64).

Considera que a pobreza reveste-se de um status social desvalorizado e estigmatizado, e está situada em um contexto econômico marcado por forte degradação do mercado de trabalho. No entanto, aponta sobre a heterogeneidade dos pobres, oriundos de diversas categorias sociais, mas ressalta que *“todos passam invariavelmente pelo processo de desqualificação social – que os empurra para a esfera da inatividade – e de dependência dos serviços sociais.”* (p. 67).

Problematiza sempre o conceito de desqualificação social:

“que caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população – e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo” (p. 68).

A desqualificação social corresponde a uma das possíveis formas de relação entre a população designada como pobre (em função de sua dependência em relação aos serviços sociais) e o resto da sociedade. (p. 69).

Entende, pois, a pobreza como um processo e não como um estado perpétuo e imutável, e tem como objetivo definir sociologicamente a pobreza a partir da relação de assistência a que o indivíduo está submetido. Utiliza cinco elementos para definir essa relação. A estigmatização dos assistidos refere-se à desvalorização dos pobres e à situação de isolamento em que muitas vezes são obrigados a viver. Considera que a humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social. Analisa o modo específico de integração que caracteriza a situação dos “pobres”, já que existe de fato uma exclusão relativa, pois só com a multiplicação cada vez maior da pobreza, pode-se manter a interdependência entre as partes constitutivas desse conjunto da estrutura social. O terceiro elemento trata das possibilidades de reação, ou seja, os meios de resistência conservados pelos pobres, que muitas vezes, coletivamente ou individualmente preservam ou resgatam uma legitimidade cultural, podemos exemplificar com o envolvimento dos jovens com o movimento funk ou hip hop. Em

relação às mulheres estudadas ainda se coloca a questão se de fato existe meio de resistência.

Paugam reitera que a desqualificação social é uma relação de interdependência entre os “pobres” e o resto da sociedade, que gera uma angústia coletiva, já que um número crescente de indivíduos é considerado como pertencente à categoria de “pobres” ou de “excluídos”, como bem nos lembra Bauman, reforçando cada vez mais o refugio da sociedade. O autor também faz uma relação entre a precariedade da vida profissional e a diminuição da sociabilidade, alegando que o enfraquecimento dos vínculos sociais faz parte das primeiras fases da desqualificação social.

Um outro ponto abordado por Paugam, presente em nossos estudos é a dificuldade dos moradores das favelas ou zonas de periferia em dizer o local onde moram, já que constantemente são “igualados a pessoas cujo descrédito é do conhecimento de todos” (p.73).

Quando analisa as pessoas que se tornam dependentes dos benefícios sociais, como é o caso das mulheres pesquisadas, pondera que “o estatus de assistido permanece socialmente desvalorizado. Ele permite apenas evitar a extrema miséria.” (p. 76). Quando a miséria passa a ser sinônimo de dessocialização, já existem problemas em todos os setores da vida, caracterizando um acúmulo de fracassos que conduz a um alto grau de marginalização.

Colocando em pauta um tema bastante pertinente para nossos estudos, o autor afirma que muitas vezes, os indivíduos sentem-se inúteis para a coletividade e procuram no álcool ou nas drogas um meio de compensação para sua infelicidade. “Após terem interiorizado sua condição marginal passam a procurar, antes de tudo, satisfazer suas necessidades imediatas.” (p. 80).

Ao trazer a discussão sobre as novas relações estabelecidas no mundo do trabalho na contemporaneidade, Guareschi (2004) fala sobre o conceito de automação, ou seja, as novas tecnologias criam instrumentos que substituem a mão-de-obra humana. “Com isso multidões de pessoas foram dispensadas de seus empregos, e as novas gerações nem chegam a conseguir um local de trabalho.” (p. 144).

As pessoas são excluídas do trabalho, excluídas da produção. Evidentemente, não estamos dizendo que o trabalho acabou, ou diminuiu substancialmente, é o tipo de trabalho, e de emprego, que era central até agora. (...) A sociedade, em geral, e o mundo do trabalho, em particular, estão se estruturando a partir de mecanismos que impossibilitam, por princípio, o acesso de grande parte das pessoas ao mundo do trabalho. É essa a novidade hoje. A isso se chama de exclusão (...) (Guareschi, 2004, p. 144).

O autor continua sua análise, apontando que as estratégias para criação e reprodução das relações de exclusão são muito diversas, mas sempre são caracterizadas por serem assimétricas, injustas e desiguais. Considera que um novo mandamento do neoliberalismo que deve ser instaurado entre as pessoas é a competitividade. E “a competitividade exige a exclusão.” (p. 146). Mediante a controversa afirmação do autor que “o desenvolvimento liberal quer transformar a todos em trabalhadores com carteira assinada, comprando em supermercados e consumindo nos shopping-centers.” (p. 153); não podemos deixar de lembrar que às custas de uma competição entre desiguais, que acaba por excluir os mais fracos e manter a dominação dos mais fortes.

As conseqüências do estabelecimento e do funcionamento dessa relação de competitividade é a exclusão não apenas de alguns, mas de milhões, ou bilhões, de seres humanos. Citando James Goldsmith:

(...) assim como na natureza existem os predadores, que eliminam os 'supérfluos', assim também no mundo econômico devem existir predadores que, através da competição vão eliminar os 'parasitas' da sociedade (os pobres e os desempregados, os excluídos). (p. 147).

Assistimos a um fenômeno global do crescimento da extrema pobreza. Castells refere-se ao “quarto mundo”, ou seja, o mundo dos excluídos, onde 60 % da população vive nos antigos “bolsões” de pobreza. Guareschi (2004) afirmando a extinção do Estado e o reinado absoluto do mercado e do consumidor, questiona: “Que sobra de tudo isso? Uma multidão de seres humanos empobrecidos e descartáveis.” (p. 149).

Ao trazer a pobreza como dependência dos auxílios da assistência social, leva-nos a indagar se este tipo de benefício geraria a estigmatização e seria uma espiral de esvaziamento subjetivo. Para ele, o sujeito que está fora da produção, está em um estado de anomia, entende, pois, o trabalho como estruturante na vida do indivíduo. “Estar sem trabalho implica que o indivíduo deixou de ser imprescindível, até mesmo que tenha deixado para sempre de ser necessário, vendo-se desterrado para o depósito de lixo do progresso econômico (...) a um passo de cair no buraco negro dos desclassificados.” (Bauman, 2006, p. 20). Dando continuidade, Paugam (op. cit.) problematiza a relação entre os modos de resistência e a fase do processo de desqualificação social em que se encontram. Para tal determinação, considera três fases de relação com os serviços sociais: frágeis (quando é pontual), assistidos (já se torna uma relação regular) e marginais (com uma relação estrutural). O quinto elemento refere-se à definição das condições histórico-sociais do processo de desqualificação social.

É fato que tais auxílios levam recorrentemente a um esvaziamento político da população atendida. Contudo, há que se questionar se essas mulheres, objeto de nossa pesquisa, que não tiveram oportunidades de escolhas profissionais e, conseqüentemente,

não sentem prazer na vida do trabalho, ao optar pelo cuidado da casa e dos filhos ao invés de estarem nas casas das “madames”, têm suas vidas esvaziadas de sentido. O que significa para elas receber os R\$ 120,00 mensais do Bolsa Família? Muitas vezes significa não morrer de fome.

Ao apontar os contingentes populacionais desnecessários à vida social, e, portanto, “descartáveis”, Fontes (2005) enfatiza que o pertencimento social desse grupo encontra-se abalado, gerando uma crise identitária, “(...) que acentua não apenas as formas de segregação (espacial, cultural, étnica) ou as desigualdades econômicas, mas também um certo sentimento de vazio da existência – está em grande medida associada ao quase colapso de propostas alternativas de futuro.” (p. 41). Para Castells (2000), se nas cidades gregas os escravos e as mulheres eram tidos como não-cidadãos, pode-se afirmar que os não-cidadãos das cidades atuais são os pobres e “excluídos”. O autor afirma que a cidade pressupõe um sistema de classes sociais, um sistema político (para o funcionamento social), um sistema institucional de investimentos em cultura e técnica e um sistema de troca. A diferença é que as cidades gregas funcionavam como um núcleo de gestão para dar suporte ao campo, ao rural. Na Idade Medieval, as cidades já passam por uma transformação, pois começam a ter uma produção própria, a manufatura. Castells aponta que a diferenciação espacial das cidades começa nessa época. Com a industrialização há um grande aumento dessa espacialização. A cidade começa a ter áreas específicas para cada função, ou seja, regiões de produção diferenciadas.

O espaço está o tempo inteiro em relação com quem o ocupa. De acordo com Castells (2000), é a partir de uma relação entre o espaço físico e a sociedade (que dá movimento a este espaço) que se pode definir o que é urbano. O autor enfatiza que é somente a partir da década de 70 que se começa a pensar e a teorizar sobre a cidade urbana, contemporânea. Entende a cidade, pois, como a especialização dos espaços. Tal especialização acabou tendo como conseqüência uma grande dificuldade dos indivíduos em desenvolverem a noção de sua pertença ao mundo. A cidade não é abstrata, e sim um sistema de relações. Os moradores da cidade não dominam nem um pouco o que estão fazendo aqui. Quais são as conseqüências disso nas populações pobres? Vilhena (2003) aponta que os filhos desse social encontram-se perturbados à procura desesperada de uma referência que lhes dê um sentimento de pertencimento, de inclusão.

Vivendo em uma grande modernidade líquida (Bauman, 2001), o que reina nas relações interpessoais é o medo de ficar para trás, de perder o bonde da história, de se tornar supérfluo e conseqüentemente descartável. “Quando a competição substitui a solidariedade, as pessoas vêm-se abandonadas aos seus próprios recursos, dolorosamente escassos e manifestamente insuficientes.” (Bauman, 2006, p. 17).

Podemos observar uma onda de tolerância zero com os pobres, muitas vezes demarcando espaços e territórios de circulação⁸, para que não incomode com seu espetáculo de feiúra e miséria. “Não sendo possível ignorar a favela, aprendemos a temê-la e a rejeitar seus moradores, vistos como massa uniforme de um monstro subterrâneo, prestes a destruir nosso mundo ‘ordenado’ e ‘coerente’.” (Vilhena, 2003, p. 80). Assistimos a classe média legitimar a entrada truculenta das forças armadas nas favelas, deixando claro a distância cada vez maior entre os dois mundos, transformando as cidades contemporâneas em “campos de batalha” (Bauman, 2006).

Numa sociedade de soberania e disciplina, de investimento e extração de produtividade dos corpos, mecanização da vida e redução de contestação política, os espaços precisam ser localizados, as fronteiras demarcadas. Anormais, pessoas perigosas, classes nômades, mulheres, crianças, instintos, eles – os outros – precisam ser identificados, controlados, apaziguados, banidos, calados, desqualificados e às vezes mortos. (Passetti, 2002, p.08).

Esse é o confronto que orienta a dinâmica da cidade. Vilhena (2009) ressalta o fechamento paulatino dos espaços de convivência e faz uma brilhante relação entre a grande mudança na sociabilidade de nossas populações e o aumento de casos clínicos com o diagnóstico “pós-moderno” de síndrome do pânico, uma vez que a cidade tornou-se o lugar do perigo, das ameaças, de território conflagrado.

Blindamos nossos carros, gradeamos nossos prédios, cercamos nossas praças acreditando saber de onde vem o perigo. Fingimos também desconhecer que grades, cercas e muros não são objetos inertes e sim discursos que produzem respostas e agenciam subjetividades. (Vilhena, 2009, p. 102).

Entendendo o espaço urbano como vetor de sociabilidade, ao articularmos territorialidade e produção de subjetividade, especificamente nas favelas, Vilhena (2004) nos aponta que "falamos de uma subjetividade confinada em territórios marcados pela violência das desigualdades de oportunidades de vida, a qual fabrica e re-atualiza, cotidianamente, novas expressões" (p. 97), capaz de dar sentido a uma identidade, geralmente atravessada pelas significações imaginárias presentes na sociedade que os associam a marginais, delinqüentes e bandidos, uma vez que freqüentemente a diferença é patologizada e criminalizada. "Em tais situações, estes grupos podem ser descritos geográfica e psicologicamente como estando nos subúrbios da cidadania" (Vilhena, 2004, p. 105). Podemos observar dentre a mulheres do grupo trabalhado, a grande sensação de invisibilidade e a falta de iniciativa na cobrança de seus direitos. Mulheres essas que não se apropriaram da cidade em que vivem, não conseguem se locomover utilizando meios de transporte e, algumas vezes, não se deslocam para além do seu bairro. Como

⁸ Como exemplo recente, a nova polêmica da construção dos muros ao redor das favelas, que será abordado mais adiante.

finalização do Grupo "Coisas de Mulher" (citado na introdução deste trabalho), foi sugerido pelas próprias mulheres um passeio ao cinema, já que 90% delas nunca tinha ido a nenhum. O grupo escolheu assistir "Zuzu Angel", talvez pela ampla propaganda do filme veiculada na Rede Globo de Televisão, a mais vista por esse público. No dia do passeio, todas muito bem arrumadas, com suas roupas preferidas e maquiadas, demonstravam bastante ansiedade. Tudo parecia uma grande novidade, e pudemos constatar que algumas delas nem mesmo conheciam a Barra da Tijuca, bairro vizinho a Pedra de Guaratiba, onde ficava localizado o cinema que fomos. Algumas, nunca tinham visto a praia⁹, mesmo morando no Rio de Janeiro. Nesse sentido, Lopes (2002) analisa que “a segregação socioespacial inibe a elaboração de representações sobre as cidades.” (p. 166). E ainda, Pavez e Oliveira (2002) consideram que “a geografia da periferia da qual tanto se fala, mas pouco se conhece, retrata o confinamento que vem se impondo aos pobres (...)” (p. 84).

Coloca-se em questão a guetificação ou não da favela no cenário brasileiro, mais especificamente, carioca. Sabemos que algumas pessoas da favela freqüentam espaços de classe média, como a casa da patroa. Qual o sentido dessas vivências? Wacquant (2001) põe em dúvida conclusões apressadas sobre a “guetificação” das favelas. Entende a idéia de gueto como uma desconexão. O gueto está de fato apartado das condições gerais da sociedade. Está num espaço diferenciado. Não transita pela cidade, ficando absolutamente isolado do contexto da mesma. Em minhas andanças pelas favelas de Pedra de Guaratiba, a sensação que predomina é de um grande isolamento e de uma desvinculação quase total a um Rio de Janeiro tão distante. Tanto em quilometragem quanto em expectativa de vida, realidade social, forma de subsistência, moradias etc.

(...) os grupos sociais em processo de exclusão – e, aqui, a palavra adquire todo o seu sentido – não seriam absolutamente necessários para a sociedade. Teriam uma existência lateral, supérflua, na maior parte do tempo indiferente. Expulsos não apenas do mercado de trabalho e de seus direitos correlatos, estariam sendo paulatinamente alijados do próprio mercado. Tragicamente, porém, não dispõem mais dos meios para dele sair de forma voluntária. Acantonados em guetos ou, mais provavelmente, degradados para regiões das quais a acumulação capitalista se distancia sem permitir o estabelecimento de formas radicalmente diferentes de sobrevivência, perdem sentido e significado para o núcleo central do sistema. Tornam-se ‘objetos’ de um espetáculo dantesco, no qual o extermínio – por guerras, fome, epidemias, omissão – apresentado ao vivo nas telas de televisão à hora do jantar é-lhes ainda imputado como de sua própria responsabilidade. (Fontes, 2005, p. 49)

Ao se referir à classe pobre na atualidade, Martins (1997) define: “uma sociedade daqueles que só têm obrigações de trabalho e não têm absolutamente mais nada.” (p. 37).

⁹ Se considerarmos que a “praia” de Pedra de Guaratiba se transformou num grande mangue.

2.3 Favelização do Rio de Janeiro: alterações do espaço urbano

*“Lá não tem claro-escuro
 A luz é dura
 A chapa é quente
 Que futuro tem
 Aquela gente toda
 Perdido em ti
 Eu ando em roda
 É pau, é pedra
 É fim de linha
 É lenha, é fogo, é foda”*
 (Chico Buarque)

Não é de hoje que a favela tem se constituído como lugar de segregação consentido pelo Estado, responsável por fomentar práticas sociais que aumentam a distância imaginária entre os habitantes da cidade grande. Os moradores "do asfalto" pouco conhecem dos favelados e seus modos de vida, mas temem seu perigo, enquanto os responsabilizam pela violência que toma conta da cidade, deixando-se impregnar pela cristalização de um olhar que historicamente sempre os excluiu.

(...) escutar a favela e construir narrativas sobre o que ela tem a dizer é uma forma de também refletir sobre nossas contradições (...) Nossas atitudes e práticas constroem esta sociedade, seja em nossa sala de jantar, seja dentro da sala de aula de uma universidade. (...) Ao morador da favela não é permitida uma voz que seja diferente daquela que desejamos escutar. É bastante comum que sua diferença seja patologizada e criminalizada. (Vergne, 2002, p. 4).

Entendemos que para nos possibilitar pensar os problemas atuais, se faz necessário usar a história para diagnosticar esse presente e com isso, produzir discontinuidades.

O desejo da construção de uma ordem ideal para a vida urbana e a cidade que estava nascendo, pretendia desde há muito tempo eliminar ou expulsar os males que os pobres e posteriormente favelados representavam para a cidade do Rio de Janeiro. Assim, o negro e pobre passaram a ser controlados e vigiados. A construção e remodelação dos espaços da cidade, com suas ruas e casas, tinham como princípio o controle dessas populações para evitar a desordem que parecia estar impregnada em suas peles. De acordo com Josephson e Jacó- Vilela (2005), a nobreza e a elite cariocas apontavam para a falta de ordem, limpeza, regularidade e vitalidade tanto da cidade quanto dos povos que por ela circulavam. “Era urgente `desodorizar` e reconstruir os espaços em consonância com os padrões de vigilância, limpeza e regularidades característicos das cidades modernas. Para tanto era preciso reenquadrar a sociedade e a cidade, redefinir suas

formas de sociabilidade e reinscrever a vida da população em um outro script.” (p. 107). O controle social visava inculcar na população um certo modelo de ordem e civilidade. E também naquela época, os elementos considerados perigosos, como as maltas de capoeira e os negros que se escondiam nos quilombos situados nos morros da cidade, eram “premiados” com as “Ceias de Camarão”¹⁰, já que para esses não havia a possibilidade de tornarem-se civilizados, pois já eram desordeiros por sua própria natureza.

Nesse sentido, policial dizia respeito a limpar a cidade, vigiar o comportamento das pessoas nos locais públicos de divertimento, definir horário de funcionamento das vendas, botequins e casas de jogos, controlar a sujeira das ruas e a mendicância e elaborar estatísticas de localização da população pobre e escrava. (Josephson e Jacó-Vilela, 2005, p.108).

Disseminava-se pela cidade o “medo branco”, medo das traições, roubos e assassinatos que os escravos podiam deflagrar contra seus senhores. Com isso, para por limite a esse “perigo constante”, e dar conta da complexidade urbana da época, autorizava-se acionar mecanismos jurídicos e policiais de vigilância e repressão. Da mesma forma que os médicos higienistas tomaram para si a responsabilidade sobre o corpo da cidade e da população. O Rio de Janeiro era avaliado como lugar perigoso porque por ele circulavam homens perigosos. Cidade esconderijo para negros fujões, cidade de capoeiras, de maltas de desvalidos que aguardavam para “dar o bote” sobre os homens de bem, produzindo um sentimento generalizado de insegurança. Qualquer semelhança com os dias de hoje não é mera coincidência, Perlman (2003) em estudo realizado com os moradores pobres do Rio de Janeiro, conclui que de todos os estigmas enfrentados por eles, a cor da pele juntamente com morar em favela são os mais amplamente percebidos.

Cidade que se apresentava para o Império como anti- cidade, como aquilo que não deveria ser uma cidade, e seus maiores representantes eram os negros, principalmente pelo poder que tinham, presente no imaginário urbano, de contaminar a cidade e a sociedade. Metáfora do mal que variava em função das graduações de cor - negro, pardo, mulato ou moreno -, apontando para graus diversos de periculosidade. (Josephson e Jacó-Vilela, 2005, p.108).

Já no século XVIII pode-se observar a segregação da pobreza, época em que o Rio de Janeiro ainda era cidade colonial. Apesar de morarem em cortiços e de seu espaço na geografia urbana já estar sendo delimitado, os pobres ainda podiam participar da vida na cidade. No fim do século XIX, com graves epidemias de febre amarela e outras doenças, como cólera, as reformas urbanas passam a ter como foco o combate à pobreza, com a intervenção direta nos lares da classe pobre.

¹⁰ Sessões de chibatadas, na prisão do Calabouço, às quais os escravos envolvidos com a capoeiragem e a malandragem eram submetidos.

O modelo urbanístico do Rio de Janeiro, realizado por Pereira Passos no início do século XX, nascera com esse objetivo. Com a demolição dos cortiços em nome da higiene e combate às doenças, aumentava o número de habitantes negros e pobres que subiam os morros nos arredores do centro da cidade atrás de moradia. Nasce assim a favela carioca, desde sempre com um olhar de suspeição sobre a pobreza. Zaluar e Alvito (1998) relatam o surgimento da primeira favela. Soldados que haviam participado da Guerra de Canudos foram deixados no porto do Rio sem habitação, ocuparam então as áreas de um morro localizado na Gamboa, que viria a ser conhecido como Morro da Favela, por causa de suas semelhanças com o morro de mesmo nome e mesma vegetação em Canudos. Posteriormente, passa-se a chamar Morro da Providência, nosso velho conhecido¹¹.

A associação entre pobreza, criminalidade e doença era constante nos estudos científicos do início do século XX, embasando dessa forma a intervenção do Estado para a construção de um espaço ordenado e limpo. O então prefeito Pereira Passos (1904/1906) “varreu como lixo cerca de 20.000 moradores pobres” (Vergne, 2002) de cortiços do centro da cidade, com a justificativa da construção da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. Aos pobres restava aumentar o contingente dos morros próximos. Médicos com projetos higienistas e forças policiais também invadiam as moradias mais pobres com o advento da propagação da saúde pública, já que a pobreza era vista como patológica e como possível fonte de pragas e vícios, e que, portanto, deveria ser tratada. Tais intervenções culminaram com a Revolta da Vacina, numa tentativa das classes populares de impedirem ou pelo menos frearem tais ações.

Desde então, a favela já despertava a atenção do governo, uma vez que a pobreza que subiu o morro manchava o paradigma da imagem ideal de beleza da Cidade Maravilhosa. A favela já aparecia nas crônicas dos jornais com a marca de ser portadora de uma violência quase incontrolável e seus moradores detentores de uma natureza torpe. A Revista Fon Fon, em 1925 já exprime sua preocupação com a “lepra dos casebres e a devastação dos matos (que) começa já a devastar todos quantos emolduram Copacabana e essa encantadora região da Lagoa Rodrigues de Freitas”, e prossegue: “O programa de

¹¹ Vale ressaltar que no dia da elaboração dessa parte do trabalho, os meios de comunicação não param de noticiar a morte de três jovens moradores do Morro da Providência, entregues por militares para a facção criminosa do Morro da Mineira. No ano de 2008, ainda é ratificada a mesma visão de segregação e esquecimento dessa parte da nossa sociedade, como se os moradores das áreas pobres valessem menos que os moradores da zona sul da cidade, e pudessem estar portanto submetidos a este tipo de barbárie.

defesa dos morros do Rio de Janeiro é tão imprescindível que sua execução é tarefa para cobrir de glória um prefeito que se dedica a tratar dela”¹².¹²

Os anos 30 começam com projetos de remoção das favelas para habitarem vilas operárias e parques proletários bem distantes do centro e do coração da cidade. É um período também de crescimento da produção acadêmica sobre as favelas, oferecendo diagnósticos e tratamentos. Os discursos eram sempre de culpabilização dos favelados, que apareciam como chagas e fonte de doenças.

Começaram a surgir outras formas de intervenção aos moradores das favelas, como a criação da Fundação Leão XIII, que atuou como antecipação a uma temida ligação de seus moradores com grupos comunistas (Vergne, 2002). Nos anos 50, o então bispo do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara, implementou o projeto da Cruzada São Sebastião, iniciando assim a participação da Igreja junto à população favelada. Em pouco tempo, já no início dos anos 60, os favelados conseguem se organizar em associações de moradores e a brigar pelo direito de sua permanência dentro da cidade, resistindo às políticas de remoção (Zaluar e Alvito, 1998).

(...) foi a partir da favela (e da associação de moradores) que parcela importante dos segmentos subalternos de uma cidade como o Rio de Janeiro teve acesso aos bens públicos fundamentais, como água, luz e saneamento básico. Foi dela, também, que extraíram uma identidade coletiva para negociar no espaço público seu acesso a direitos sociais como saúde, educação e urbanização. (Burgos, 2002, p.25).

Vergne (2002) aponta que com a ditadura militar, todo o movimento comunitário é estrategicamente enfraquecido, gerando um esvaziamento político das favelas cariocas. O aparato clientelista dos anos da ditadura reforçaram formas de integração subalternizada dos pobres à cidade. “Ao invés de promoverem a solidarização dos destituídos, mais corroeram as suas bases de identificação e de organização em torno de projetos coletivos. Água, eletricidade, contenção do solo, tudo lhes seria concedido em troca de sua quietude e de sua despolitização.” (Carvalho, 2002, p. 09). Carlos Lacerda acabou com 27 favelas, entre elas a Favela do Esqueleto, com 3.900 moradores, onde hoje funciona a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 1964, com o Castelo Branco então Presidente da República, foi desenvolvido o maior projeto de remoção de favelas até então ocorrido no Rio de Janeiro. Os moradores das favelas da Zona Sul foram levados para conjuntos habitacionais na Zona Oeste. Em poucos anos, esses conjuntos acabaram se transformando em novas favelas, como bem podemos ver no filme “Cidade de Deus”. Longe do trabalho era difícil conseguir emprego e manter a casa, os imóveis foram se

¹² Ver reportagem de Nelito Fernandes publicada na Revista Época de 18 de Maio de 2009, p. 54.

degradando, ligações clandestinas de água e luz foram feitas e logo a favela estava montada novamente.

A década de 80 chega, e com ela, a entrada do tráfico de cocaína, motivada por fatores econômicos internacionais, nos morros cariocas. É o momento em que aparecem as grandes organizações criminais ligadas ao tráfico de drogas. Logo em seguida, Leonel Brizola é eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro, tendo sua base de votos entre a população pobre da cidade. Brizola propaga o discurso em defesa dos direitos humanos para moradores de favelas e lança o programa “Cada família, um lote” para regularização fundiária de áreas de favela. Passa a ser bombardeado pela mídia, e denominado como o defensor “dos direitos humanos para bandidos” (Vergne, 2002). O jornalista Roberto Marinho, justificando sua oposição a Brizola, afirma: “Ele transformou a Cidade Maravilhosa num pátio de mendigos e marginais. Passei a considerar o sr. Brizola perigoso e lutei, realmente usei todas as minhas possibilidades para derrotá-lo nas eleições.” (Herz apud Vergne, 2002, p. 25).

No final da década de 80, influenciado pelo animado horizonte democrático que então se delineava, Carvalho (2002) afirma que se iniciou uma reflexão acerca da intensa fragmentação que caracterizava a cidade do Rio de Janeiro, formada por “pequenas repúblicas” (termo criado por José Murilo de Carvalho e utilizado pela autora), que possuíam uma dinâmica própria e eram comandadas pelos chefes locais, com a submissão das suas populações aos rígidos imperativos da sobrevivência. Essa ausência de liberdade era o que caracterizava um “verdadeiro abismo que se abria entre a polis e o seu entorno social, a cidadania e as cidadelas.” (p.08).

(...) os segmentos mais pobres da sociedade desconheciam o ‘valor de uso’ da lei, experimentando, além das carências materiais, um verdadeiro exílio em relação ao mundo dos direitos e uma indiferença justificável para com os deveres cidadãos que lhes eram exigidos. (Carvalho, 2002, p. 08).

Os anos 90 se iniciaram como consequência das práticas construídas ao longo da década anterior, e o discurso da “guerra contra o crime”, visando somente a população pobre da cidade, culminou na Operação Rio, com a participação das forças armadas para o combate da criminalidade na cidade (Coimbra, 2001). A prática de tortura foi amplamente aplicada aos moradores detidos nas favelas. Eram comuns práticas de espancamentos, choques e execuções. A mídia obviamente silenciava tais acontecimentos, e com isso, a classe média apoiava em larga escala a continuidade das ações das forças militares. Proliferavam nessa época, o número de chacinas com grande número de vítimas (Coimbra, 2001).

A Operação Rio e todas as práticas vigentes até os dias de hoje, apontam para o caráter de controle das populações pobres, da mesma maneira que já ocorria no longínquo

século XVIII. Wacquant (2001) nos mostra como o Estado “situa estes locais como regiões- problema, áreas proibidas, circuitos selvagens, territórios de abandono a serem evitados e temidos por se fazer crer serem locais de vícios, de violência, excesso de crime e desintegração social. Ali está uma população vista como exótica, improdutivo e brutal.” (p. 13).

O estigma da marginalidade e da criminalidade atribuído aos moradores de favela desde o início do século XX ainda se faz presente hoje, somado a um poderoso complicador: o tráfico de drogas, e mais recentemente, à milícia. E as políticas públicas continuam a reforçar esse sistema perverso, que resultou na caracterização da favela como “desertos morais, culturais e comunitários, acossadas pelo medo e pelo fatalismo que se desenvolveu em decorrência do seu retraimento político.” (Carvalho, 2002, p. 10). Ou ainda, como nos trouxe Perlman (2003), “feridas cancerígenas no belo corpo da cidade” (p. 06).

Passeti (2002) coloca em discussão a atualização dos campos de concentração e de extermínio nas periferias, mais uma vez embasado pela penalização da miséria, vista como uma peste, que deve ficar aprisionada para curar o corpo social pelo isolamento ou pela extinção. Isto porque, conforme apontam Dimenstein, Zamora e Vilhena (2004), a imagem socialmente difundida a respeito das favelas as apresenta como lugar de privação, território definido pela falta.

Seus habitantes são descritos como pobremente educados, preguiçosos, alcoólatras, promíscuos e principalmente perigosos. Eles são pobres ‘porque eles não se empenham o suficiente para achar trabalho’ e seus filhos morrem porque escolheram ‘o caminho fácil’, isto é, a carreira do crime. (p. 33).

Como nos aponta Vergne (2002), o último projeto de grande porte que incluía a construção de novas residências para abrigar ex-favelados do Rio, foi realizado em 2002 pelo então governador Anthony Garotinho. O Conjunto Habitacional Nova Sepetiba, com 20 mil casas, fica a uma hora e meia (de carro) do centro da cidade. O local é tão isolado, que o ponto de ônibus fica a um quilômetro de distância, considerando o preço da passagem para locais com mais ofertas de trabalho (como o Centro e a Zona Sul) e a precariedade dos transportes coletivos naquela região, essas são algumas das dificuldades que a população enfrenta para conseguir um emprego.

A população da favela sempre acompanhou o percurso da classe média. Vilhena (2009) aponta que há um “elevado percentual de aglomerados de exclusão no núcleo urbano”. De acordo com Burgos (2002), cerca de 2 milhões de habitantes da cidade do Rio de Janeiro vivem nesses territórios informais, o que equivale a 1/3 da sua população. Isso é característica do Rio de Janeiro, favelas embutidas nas classes superiores, no entanto é bastante clara a elitização e o auto-isolamento dessas classes, quando o convívio

com as classes inferiores é demarcado por posições sociais muito rígidas. Dessa forma, podemos considerar que o Rio é uma cidade muito peculiar, apesar da grande proximidade física, ocorre a manutenção da enorme separação social.

A proximidade amplia a visibilidade da violência que, através dos meios de comunicação de massa, torna indistintos trabalhadores pobres e bandidos, policiais sérios e corruptos. Tornam, também, mais visível os guetos que vão sendo construídos para diferentes estratos sociais. Para a favela – muros. Para as ruas, guaritas, cercas, grades e seguranças. (Vilhena, 2009, p. 103).

Burgos (2002) considera que a condição habitacional talvez seja a barreira mais importante para o exercício da cidadania por parte das grandes massas. O curioso é que mesmo com as precárias condições de moradia, a escassez do mercado imobiliário da cidade informal mantém o negócio superaquecido, e o custo econômico, social e político muito altos. O preço cobrado em aluguéis não se diferencia tanto dos bairros localizados em áreas menos valorizadas da cidade, como os subúrbios. Além disso, a construção de quitinetes e de “puxadinhos” virou um negócio lucrativo. Podemos ver reportagens sobre a verticalização das favelas, e até mesmo a demolição de um “minhocão” na Rocinha, construído por um comerciante do “asfalto”, caracterizando a especulação imobiliária presente nas favelas. Valladares (2001) salienta que ao lado do mercado imobiliário “floresce um enorme mercado de serviços que se moderniza para atender a uma população cada vez mais heterogênea e consumidora”. (s/p.). Além de exigente, que bombardeada pela mídia, busca serviços e bens de consumo que caracterizam um certo status. Passeando pelas favelas de Pedra de Guaratiba, podemos ver placas anunciando uma imensidão de serviços: manicure, pedicure, limpeza de pele, chapinha, pet shop, enfeites para festas infantis, explicadora, foram os que mais me chamaram a atenção. Quanto ao sonho de consumo, em pesquisa realizada pela ONG durante o ano de 2006, as mulheres elegeram a máquina de lavar (tanquinho), o celular que tira foto e o armário de cozinha das Casas Bahia como os objetos que mais desejavam comprar (ou ganhar). Já no ano de 2009, realizando um grupo focal com essas mulheres, citei a pesquisa e os objetos desejados (três anos antes), e elas me apontaram que a pesquisa já estava defasada, pois agora também desejam um computador.

De acordo com a Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2003, aproximadamente quatro milhões de pessoas viviam em favelas ou outras habitações irregulares. Considerando que o maior crescimento das favelas ocorreu na década de 1950, no período de pós-guerra, quando iniciou a migração urbana e durante a década de 60, de onde estão vindo hoje os novos moradores de favelas? Perlman (2003) ressalta que atualmente o crescimento das favelas não está mais concentrado na região central da cidade, muito pelo contrário. No período de 1980 a

1992, o número de favelas aumentou em 108% na zona oeste. Considera ainda três pontos: crescimento das favelas por causa da reprodução natural, uma vez que a taxa de natalidade entre os moradores de favelas é maior do que entre o restante da população do Rio de Janeiro; a imigração de fora da cidade para as favelas e o empobrecimento e a conseqüente favelização de parte da população da cidade que não pode mais se manter no mercado formal de habitação.

Recentemente também pudemos acompanhar na mídia a grande polêmica que girou em torno da construção de muros como alternativa para conter a expansão de 11 favelas do Rio (todas localizadas em áreas privilegiadas da cidade) e proteger a Mata Atlântica. Sobre o muramento/enclausuramento das favelas, apareceram várias opiniões. Representantes de cerca de cem “comunidades” do Rio consideraram a proposta um tipo de segregação, apesar de afirmarem serem a favor de outras medidas para impedir o crescimento desordenado das favelas.¹³ No mesmo debate, Luiz Fernando Janot¹⁴ pondera que medidas como a construção de muros acabam gerando “espaços restritivos de convivência entre os próprios habitantes (da cidade)”.¹⁵ Considera ainda que não é a construção indiscriminada de muros que irá reverter questões estruturais que existem por trás da expansão das favelas. Dentro da mesma reportagem, o governador Sérgio Cabral afirma que é uma “bobagem” a tese de que o muro segrega a cidade. Já o colunista do mesmo jornal, Zuenir Ventura, sugere que o muro de concreto seja substituído por uma cerca natural feita com sansão do campo,¹⁶ proposta acolhida pelo subsecretário de Meio Ambiente. Em meio a informações desencontradas, até mesmo o escritor português José Saramago se sentiu à vontade para opinar e comparou o muro nas favelas ao de Berlim. Já o jornal espanhol El País publicou que o muro ficará na frente das favelas para impedir que as áreas pobres sejam vistas por moradores de bairros nobres e por turistas.

A Revista Época¹⁷ também veiculou reportagem sobre o tema, intitulada “Por que elas não param de crescer?”, e para iniciar a discussão, declara que a cada quatro anos, o Rio de Janeiro ganha em favelas o equivalente ao bairro de Ipanema. E que em 2004 as favelas ocupavam uma área de 42,2 milhões de m², e em 2008 a área passou para 45,9 milhões, ou seja, 4 mil campos de futebol. Declara ainda que a cada ano as favelas “engolem” 1% das reservas de vegetação da cidade. De acordo com a Revista, o crescimento das favelas no Rio está na contramão do que vem ocorrendo em outras

¹³ Ver reportagem veiculada pelo Jornal O Globo em 17 de Abril de 2009.

¹⁴ Arquiteto-urbanista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁵ Jornal O Globo, 17 de Abril de 2009, p. 07.

¹⁶ De acordo com a bióloga Iara Hupsel, do Jardim Botânico, o sansão do campo é uma leguminosa que cresce rapidamente e precisa de poucos cuidados para ser mantida, possui galhos muito duros e vários espinhos. (Ver Jornal O Globo, 17 de Abril de 2009).

¹⁷ De 18 de Maio de 2009.

capitais como São Paulo e Belo Horizonte que parecem estar lidando melhor com a questão.¹⁸

De acordo com o antropólogo Gilberto Velho, toda a discussão promovida tem sido um exagero, “está se radicalizando um pouco. (...) É claro que o muro isoladamente, aparecendo como solução, é no mínimo um equívoco. O que não quer dizer que, em alguns casos, barreiras não possam ser usadas para proteger a Mata Atlântica ou as pessoas que moram no lugar. O importante é manter o diálogo com os moradores.”¹⁹ Salienta ainda que a política de habitação deve ser séria, contínua e tem que privilegiar o transporte de massa. O prefeito da cidade, Eduardo Paes, em entrevista à Revista Veja, declara que estigmatizar a remoção das favelas é uma irresponsabilidade. Afirma que não existe um plano de sair removendo as favelas, mas há situações em que a política de remoção pode e deve ser discutida.

Existem hoje 1.000 favelas na cidade. A grande maioria delas é muito pequena e, nesse universo, há, sim, casos em que a remoção é uma solução. Sempre que ela for possível, as pessoas sairão ganhando em matéria de moradia. E também a cidade, porque impedirá que aquela favela cresça até chegar a uma dimensão impossível de administrar. (Revista Veja, 20 de Maio de 2009, p. 20).

Ainda nesta série de reportagens sobre o crescimento acelerado das favelas, o território de onde estamos falando recebeu lugar de destaque, a favela Piraquê foi matéria de capa do Jornal O Globo de 24 de maio de 2009. Dentre as favelas com ecolimites²⁰, foi a quarta que mais cresceu entre os anos de 2004 e 2008. Na reportagem, um dado chama a atenção, das cem favelas que mais cresceram na cidade durante o período, 67 estão situadas na Zona Oeste.

Podemos observar a falta de desejo dos moradores de saírem das favelas que estão integradas com a cidade (como por exemplo a Rocinha). O mesmo não acontece nas favelas da periferia (Pedra de Guaratiba). Pela dificuldade em arrumar emprego por causa da distância e da precariedade dos transportes coletivos, e ainda mais, pela quase impossibilidade de se apropriarem da cidade em que vivem, as pessoas que conseguem ter a mínima dimensão da situação em que se encontram, vislumbram uma mudança para favelas "mais perto do centro da cidade".

A favela hoje ainda é grande receptáculo de imigrantes, ainda é lugar de acolhimento, por mais que seja maior a volta para o Nordeste/Norte do que a migração

¹⁸ Segundo a Revista Época, em Minas, um programa já removeu 2 mil pessoas de áreas de risco e está urbanizando seis conjuntos de favelas. Em São Paulo, um projeto que oferece ao morador opções como R\$8 mil para a compra de uma casa em outra região conseguiu remover boa parte de favelas de áreas centrais da cidade.

¹⁹ Jornal O Globo, 17 de Abril de 2009, p. 12.

²⁰ Pilastras de concreto instaladas pela prefeitura no início da década, com o intuito de proteger a mata de novas construções.

para o Rio de Janeiro. Ou seja, a favela ainda representa o lugar da esperança do nordestino, da busca por solução. O alto índice de migrantes das regiões Norte e Nordeste nas favelas é analisado por Zamora (1992), que estudou vivências formadoras da identidade do migrante nordestino na cidade do Rio de Janeiro. Com uma leitura crítica das regiões Norte/Nordeste como o sertão estéril, país dos sitiados pela fome, a autora afirma que os nordestinos têm que vender barato seu suor e muitas vezes a sua vida, para sair de um lugar que “reduz com a mesma indiferença, homem e cana a bagaço. Nação mangue, dos híbridos homens-caranguejos”. Muitas vezes, a coragem de partir vem junto com a escolha pela sobrevivência, uma possibilidade que é aberta com a chegada na cidade grande. No entanto, deixam para trás a terra natal, o lugar onde se sentem estimados e respeitados, mas que não dá condição nenhuma de sair da pobreza e da privação. Zamora (op. cit.) relata que, muitas vezes, chegam ao Rio de Janeiro e o trabalho que os espera é a construção civil, o que, se por um lado confere ao migrante identidade e realização, por outro, o expõe, a todo momento, à falta de segurança, à má remuneração e à insatisfação, características de vínculos de trabalhos tênues, sem garantias, que os obrigam a viver sempre em busca do próximo “biscate”, características estas da proletarização do trabalhador. Ocorre um grande estranhamento pela vivência em um meio desconhecido, o urbano, o que por vezes gera uma relação bastante ambígua com a metrópole, como já nos apontou Pacelli Ferreira (1999). O sentimento que predomina é o de serem mais um nesta cidade grande, tornam-se o migrante anônimo em busca de sobrevivência e dignidade (Zamora, 1992). Nesse contexto em que o mundo se fragmenta, o indivíduo também se autonomiza, a princípio, não existem mais pessoas presas às amarras do mudo feudal, mas sim, indivíduos “livres e iguais” (Dumont, 1985). Durante algum tempo, o migrante, excluído de qualquer relação de pertencimento, ainda se programa para juntar dinheiro e voltar para a cidade natal. Com o tempo, como vimos nas entrevistas realizadas, tanto pela solidão imposta pela nova vivência quanto pela dificuldade em se manter no Rio de Janeiro e ainda sustentar a família que lá ficou, acaba trazendo todos para cá, e o sonho de voltar para a “terrinha” vai ficando adormecido. Trad (2003), aponta que o processo de adaptação do imigrante passa por uma complexa integração entre estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas do velho e do novo contextos, gerando uma profunda reorganização subjetiva. Os imigrantes são expostos a transformações ambientais na nova comunidade, e eles tentam gradualmente entender e incorporar. Essa nova sociedade passa a ser vista como um desafio que precisa coragem para enfrentar.

Ainda de acordo com Zamora, observamos, assim, que a causa da migração é exclusivamente econômica e social. A relação que estabelecem com a “Cidade Maravilhosa” é extremamente contraditória, se é lugar de trabalho e ganho certos, além

de recursos, como escola e hospitais, é também, o lugar agitado, de assaltos e criminalidade. Vivem em um grande desamparo, e como diz Garcia Jr. (In Zamora, 1992), ainda têm que viver no “subconsumo do subconsumo”. Com o contato com outras organizações sociais e uma mudança radical de todo o universo da cultura, passam a pertencer a uma sociedade de consumo muito mais feroz e avassaladora, que rapidamente lhe nomeia de “paraíba”, com toda a carga pejorativa que este termo pode carregar, além de lhe reservar o trabalho duro de “peão”.

O fracasso brasileiro, em especial o fracasso carioca para incorporar a pobreza em sua urbanização, gera nesses “invasores” o sentimento de não-pertencimento, de não-filiação, ocupando um lugar em uma pólis que o rejeitou (Vilhena, 2005). Em sua análise, Brum (2007) enfatiza como os favelados são vitais para o funcionamento da economia da cidade, além de servirem como oferta de mão de obra barata, constituem, cada vez mais, um mercado consumidor que está em franca expansão. Discorda do termo “cidade partida”, pois relativiza que as favelas não são um mundo à parte e que os favelados não são “excluídos”, e sim “incorporados (ao Estado, à economia, à cidade) de maneira subordinada, desigual e principalmente, ‘controlada’”. Dessa forma, os favelados são aproveitados pelo sistema de diversas maneiras, “poupa-se de críticas o sistema que gera a desigualdade, responsabilizando os que mais sofrem com ela”. Utilizando termos como “cidadãos de segunda-classe” ou “proto-cidadãos”, reitera que a permanente luta dos favelados é para terem acesso à cidade. Burgos (2002) aponta que a distância entre o Estado e os segmentos populares se dá por causa da “desigualdade que separa os cidadãos da cidade formal dos proto-cidadãos da cidade informal.” (p. 82). No mesmo sentido, Carvalho (2002) ressalta que a consistente capacidade de dissolvência social vem da cisão dos cidadãos cariocas entre aqueles que conhecem a liberdade e os que só conhecem o terror. Castells (2000) traz o conceito de não-cidadãos das cidades atuais (em oposição aos não cidadãos das cidades gregas), para definir os pobres e os excluídos, ao mesmo tempo em que afirma que o poder dos não-cidadãos é um poder que não está na letra da lei, mas é um poder real, da luta do dia a dia. Burgos (2002) contraria tais apontamentos ao considerar que apesar de existir uma nítida fronteira entre a cidade formal e a informal, os moradores da favela estão integrados à cidade formal, tanto econômica, quanto cultural e politicamente. O autor ressalta ainda que os moradores da favela não constituem uma tribo à parte, que possui uma cultura própria, as características que singularizam a favela estão muito mais no território do que no indivíduo que o habita. Mais uma vez concordando com os argumentos trazidos por Vilhena (2005), considero o território como agenciador de subjetividades, não podendo separar um do outro.

Considerando a polaridade entre a cidade e aqueles que não têm acesso a ela, ou como chamou Carvalho (2002), “cidade escassa” e os moradores das favelas como

pertencentes à patologia social, reféns de uma sociedade que os aliena do sistema produtivo, como aponta Vilhena, ou como bem afirmou Passeti (2002): “sob condição de uma imobilidade social institucionalizada”, como descrever a vida das mulheres “faveladas”, sem reduzi-las a qualquer dessas perspectivas?

2.4 Guaratiba: um pouco de história...²¹

“Olhar o mar... Só de longe

Areia nem pensa!

Só tem lama suja pra pisar.”

(Dioneas C. da Cruz – turma 701 /2003)²² 22

Inicialmente chamada de “Guratiba-Aitinga” ou “Aratuquacima”, palavras indígenas usadas pelos tupinambás que habitavam o nosso litoral à época do descobrimento, o nome Guaratiba significa abundância de guarás (aves pernaltas ou garças). A região de Guaratiba está localizada numa planície, Baixada de Sepetiba – entre o Maciço da Pedra Branca e a Baía de Sepetiba. Possui uma área territorial de 15.173 hectares, e é um dos bairros mais extensos da cidade do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas da Barra da Tijuca (17.567 ha); Campo Grande (17.167 ha) e Santa Cruz (16.373 ha).²³

Guaratiba foi fundada no dia 05 de março de 1579, pelo português Manoel Velloso Espinha. De acordo com o historiador Rivadávia Pinto²⁴ (também morador do bairro), Manoel Velloso Espinha veio ao Brasil com Estácio de Sá²⁵, a pedido de Mem de Sá²⁶, para lutar contra a Confederação dos Tamoios²⁷. Velloso Espinha também era amigo de Padre José de Anchieta²⁸ e de Padre Manuel da Nóbrega.²⁹ Recebeu da Coroa Portuguesa a doação de uma sesmaria (medida de terras com que o rei de Portugal agraciava os seus

²¹ Para maiores detalhes e aprofundamento da história relatada nesse sub capítulo, ver Armazém de Dados do Município do Rio de Janeiro. Site: www.portalgeo.rio.rj.gov.br

²² Trecho da poesia intitulada “Pedra de Guaratiba” – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.

²³ Dados colhidos no site www.guaratibario.com.br

²⁴ Ver site www.portalguaratiba.com.br

²⁵ Militar português, fundador da cidade do Rio de Janeiro e primeiro governador-geral da Capitania do Rio de Janeiro.

²⁶ Administrador colonial português, foi nomeado como terceiro governador-geral do Brasil, de 1558 a 1572. Os 14 anos de seu governo se caracterizaram por realizações importantes, tais como a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (segunda a ser criada no Brasil), em 1º de março de 1565, por seu sobrinho Estácio de Sá.

²⁷ Revolta liderada pela nação indígena Tupinambá.

²⁸ Padre jesuíta espanhol, um dos fundadores de São Paulo. Veio ao Brasil por convite de Padre Manuel da Nóbrega, para compor o grupo de evangelização.

²⁹ Sacerdote jesuíta português, chefe da primeira missão jesuítica à América.

colonos mais fiéis), no lugar onde hoje é Guaratiba. Manoel Velloso Espinha era casado com Jerônima Cubas³⁰, com quem teve dois filhos, Jerônimo Velloso Cubas e Manoel Velloso Espinha Filho. Com a morte de Manoel Velloso Espinha, seus dois filhos Jerônimo e Manoel herdaram as terras de Guaratiba. Através de mútuo consentimento resolveram dividir entre eles as terras herdadas do pai, ficando Jerônimo com a parte norte e Manoel com a parte Leste, tendo o rio Piraquê como marco divisório.

Jerônimo Velloso Cubas, não tendo herdeiros, pela lei foi forçado a doar sua parte à província Carmelitana Fluminense, uma congregação religiosa de frades da Ordem do Carmo. A congregação carmelitana de posse religiosa das terras, fez construir diversas benfeitorias entre as quais, igreja, noviciato e um engenho. Em 1629 foi construída em Guaratiba a terceira igreja mais antiga da cidade do Rio de Janeiro, a Igreja de Nossa Senhora do Desterro³¹, tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional em 21 de julho de 1938. Existe uma lenda que cerca a construção dessa igreja. Dizem que uma índia cega caminhava em companhia de Jerônimo Velloso e sua esposa Beatriz Álvares Gaga, quando se separou deles e foi para a beira mar. Ali, diz ter visto a aparição de Nossa Senhora. Disse ela que se Jerônimo e sua esposa construíssem uma igreja em homenagem a Santa, a índia ficaria totalmente curada. Segundo a lenda, foi exatamente o que aconteceu.

Não resta a menor dúvida de que começou a partir dessa época a ocupação das terras de Guaratiba, pelo homem branco, e a formação de seu povo, somado aos indígenas que já ocupavam aquela região.

No engenho construído pela Ordem do Carmo, havia uma grande produção de açúcar, rapadura e um vasto canavial, proporcionando dessa forma um rápido desenvolvimento à região, em cuja área surgiu a Fazenda da Pedra, região hoje denominada Pedra de Guaratiba, atualmente grande produtora de pescado.

Com as expedições corsárias de Jean François Duclerc³², de 1710 e 1711, contra o Brasil dos portugueses, novamente Guaratiba aparece figurando na história do Brasil. Quando a tropa de Duclerc foi surpreendida pelo fogo intenso na Fortaleza de Santa Cruz em 16 de agosto de 1710, e seguia em direção à Ilha Grande, conseguiu atingir, no dia 11 de setembro a enseada de Guaratiba, com mais de 800 homens. A estratégia era marchar através do interior e pelo mato e surpreender a sede do governo. Transpuseram a Grota Funda e embrenharam-se nas matas, enfrentando os obstáculos naturais até Jacarepaguá. A partir daí, rumaram através da Floresta da Tijuca, em direção à cidade, acampando uma

³⁰ Filha de Brás Cubas, fidalgo e explorador português, fundador da vila (hoje cidade) de Santos.

³¹ A igreja mais antiga da cidade do Rio de Janeiro é a Igreja de Bonsucesso, localizada próxima à Santa Casa da Misericórdia, após essa foi construída a Igreja de Santa Luzia.

³² Corsário francês que conseguiu convencer o Rei Luis XVI a autorizar uma nova tentativa de tomada do Rio de Janeiro.

semana depois na fazenda dos jesuítas, o Engenho Pequeno dos Frades atual Engenho Velho), parte do bairro da Tijuca. Durante a marcha, muitos soldados enfrentaram problemas como doenças, acidentes e picadas de cobras. Muitos ficaram debilitados pelo caminho e morreram.

Naquela época, Guaratiba já possuía engenhos, onde se produzia açúcar bruto, aguardente, melado e rapadura. A caça e a pesca eram abundantes e colhia-se muitas frutas. A capela do Sítio Santo Antônio da Bica (hoje Sítio Roberto Burle Marx) já existia, desde 1690, construída pelo Capitão- Mor Belchior da Fonseca Dórea³³.

Após o ciclo do açúcar e aguardentes em seus engenhos, surgiu a cultura do café, e a fazenda do Engenho Novo, de Pedro Dauvereau, foi a primeira fazenda carioca a usar maquinaria moderna importada.

A partir do ano de 1750, Dom Fradique de Quevedo Rondon na época donatário das terras, doou parte delas à matriz de São Salvador do Mundo. A Freguesia de Guaratiba foi criada em 1755, com terras desmembradas da Freguesia de Irajá, por iniciativa de Dom José de Barros Alarcão. Nessa época, Guaratiba já se encontrava dividida entre vários herdeiros e cada comunidade foi dando ao seu lugarejo nomes comuns ao convívio diário. Daí a diferenciação entre Barra de Guaratiba (porque tem a foz do rio que desemboca no oceano), Ilha de Guaratiba (em decorrência do nome de seu então maior proprietário, um Sr. William - o "Wilha de Guaratiba", na linguagem do povo da região) e Pedra de Guaratiba (porque sua população se formou muito próxima a uma pedreira).

O Porto Mar de Guaratiba, na barra de mesmo nome, exportava a produção agrícola da Freguesia, com acesso a embarcações de pequeno porte. Na Restinga da Marambaia, as terras de Maria Isabel Breves foram vendidas a uma Companhia de Melhoramentos e negociadas, em 1897, ao Banco da República e à Fazenda Federal, em 1905. Lá, o Exército instalou um polígono de tiro, tornando, toda a restinga, área militar.

No Governo Washington Luís, o prefeito Antonio Prado Junior levou a Guaratiba, sua primeira estrada moderna, a da Grota Funda, com sinuosas curvas, que dava acesso à baixada de Jacarepaguá. Na década de 1970, foi construída a estrada Rio- Santos, atual Avenida das Américas, cruzando a extensa Baixada de Sepetiba. Existiu ainda uma linha de bondes ligando Campo Grande ao largo da Ilha de Guaratiba.

A denominação, delimitação e codificação do bairro foram estabelecidas pelo Decreto N° 3158, de 23 de julho de 1981.

³³ Hoje nome de uma das principais ruas do bairro.

2.5 Duas vezes exclusão: favelado num bairro “onde ser considerado carioca é um privilégio”³⁴

“Que tristeza me dá!!

Pelas ruas de pedra, eu a vagar...

E ao caminhar, encontro

O abandono que aqui está

Que tristeza me dá!!”

(Natalice G. Nogueira – turma 802 /2003)³⁵

Brum (2007) pondera que apesar da heterogeneidade econômica que pode existir dentro de uma mesma favela, “a homogeneidade das múltiplas práticas e vivência cotidiana num mesmo local cria e renova os seus símbolos de identidade”.

Decidimos delimitar um espaço específico, pois acreditamos que as diferentes formas de constituição das favelas, e em que território urbano ficam localizadas influencia de diversas formas a vida de seus moradores, guardando certas especificidades dentro da semelhança que cerca aqueles que são denominados de favelados. De acordo com essa lógica, Brum (2007) aponta que “(...) existem favelas e favelas, e mesmo dentro de cada uma as variações entre suas partes, áreas, sub-áreas, microáreas, é enorme”. Apesar da cidade do Rio de Janeiro ter uma topografia cercada de morros, o que impediu e limitou a segregação, o espaço de onde estamos falando, fica na periferia. Guaratiba, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, está situado entre Santa Cruz e Recreio, dividida em três grandes localidades: Barra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba e Pedra de Guaratiba. De acordo com dados do Instituto Pereira Passos, existem 48 favelas no território de Guaratiba, e a população residente destas favelas quase quadruplicou em dez anos. Se em 1991 havia 1.462 moradores, no ano 2000, sua população já era de 4.314. As taxas de crescimento mais elevadas ocorreram nos setores subnormais³⁶ das zonas periféricas, como Guaratiba, escassamente povoada até a década de 80. De acordo com Cezar (2002) é ali que se concentram hoje os maiores bolsões de pobreza da cidade, e dados confirmam que nessa região a população “favelada” dobra a cada três anos. E ressalta ainda que na zona oeste o IBGE deve ter muito mais dificuldades em distinguir setores normais de

³⁴ Consideração de um professor da rede municipal de ensino, ao se referir ironicamente ao bairro, pelas características rurais e pela grande distância do centro da cidade e da “civilização”.

³⁵ Trecho da poesia intitulada “Bairro Triste” – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.

³⁶ De acordo com Instituto Pereira Passos: grupos de mais de 50 unidades habitacionais dispostas de modo “desordenado e denso”, sobre solo que pertence a terceiros, e “carente de serviços públicos essenciais”.

subnormais, já que o padrão de ocupação do solo é composto por uma sucessão de conjuntos habitacionais, loteamentos, parcelamentos irregulares e invasões.

Pedra de Guaratiba está localizada a 60 quilômetros do Centro do Rio de Janeiro, com uma população estimada de aproximadamente 9.600 habitantes³⁷ e ocupando o 1180 (entre os 1260) lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁸ do estado do Rio de Janeiro. Além disso, outro fator relevante é a constatação de que 17,5% da população tem entre 0 e 10 anos³⁹, o que caracteriza uma alta taxa de natalidade e, portanto, um grande número de crianças por família. A formação deste bairro ocorreu num ambiente com características rurais, pautadas numa tradição rural e pesqueira. Ignorado pelos investimentos públicos por décadas, o bairro sofreu forte “decadência” com a invasão desordenada. As tecnologias de sobrevivência tradicionais – pesca artesanal, horticultura e criação de animais – equilibravam de alguma forma a falta de benefícios, de infraestrutura e os raros equipamentos coletivos. No entanto, um crescimento populacional de 35% ao ano trouxe profundas mudanças no perfil do bairro.

Pedra de Guaratiba está situada ao longo da faixa litorânea, com acesso à Baía de Sepetiba, e pode ser dividida em nove subáreas, que refletem diferentes histórias de ocupação: Centro (que comporta a Praça do Rodo), Piraquê, Vila Mar, Catruz, Cabuís, Capoeira Grande, Cinco Marias, Praia da Brisa e Jardim Guaratiba (também conhecida como Reta de Santa Cruz ou Favela da Foice). O entorno geográfico desta região é composto por manguezais, terras férteis e fundo de baía, o que facilitou o desenvolvimento da atividade da pesca por longos anos. Até os dias de hoje é bastante comum ver cavalos e bois cruzando a estrada⁴⁰ e redes de pescas esticadas na praça.

A presença histórica de artistas é uma de suas grandes marcas. Pedra de Guaratiba reserva a presença de músicos e artistas plásticos que escolheram este lugar para morar e/ou construir seus ateliês. Sua relação com a religião também é bastante forte, preservam-se os festejos tradicionais do padroeiro do bairro, São Pedro, que ocorre anualmente com procissão marítima envolvendo toda comunidade.

O bairro destaca-se na área gastronômica, onde estão localizados vários restaurantes que comercializam frutos do mar. Sua principal atividade econômica

³⁷ Segundo informações contidas no Armazém de Dados do site da Prefeitura do Rio de Janeiro (Instituto Municipal Pereira Passos). Dados do ano de 2000.

³⁸ Elaborado a partir de dados sobre a renda, a escolaridade e a expectativa de vida de uma população.

³⁹ Em contraposição, no bairro de Copacabana essa população fica em 7,8%, e em Ipanema, 9%. Ambos bairros da zona sul do Rio de Janeiro. Segundo informações contidas no Armazém de Dados do site da Prefeitura do Rio de Janeiro (Instituto Municipal Pereira Passos). Dados do ano de 2000.

⁴⁰ Lembro-me de um fato que me chamou muita atenção. Estava acompanhando uma família ao posto de saúde local, quando me deparei com uma carroça, que estaciona na porta do posto, entre dois automóveis, e a família desce para ser atendida.

desenvolveu-se no setor terciário e no turismo, embora este último venha sofrendo quedas nos últimos anos em decorrência da poluição das praias da região e da violência que se instaurou no bairro.

No que se refere à educação, a área pertence à 10ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) do Município do Rio de Janeiro e conta com 5 creches⁴¹, distribuídas entre municipais e comunitárias, 10 escolas municipais e 1 Ginásio Público com o ensino médio. Nos deparamos a todo momento no bairro com a dificuldade em arrumar vagas nas escolas públicas. Crianças do ensino fundamental têm que estudar longe de casa, e algumas vezes se faz necessário pegar duas linhas do Ônibus da Liberdade⁴² para chegar até a escola. A 10ª CRE já admite que a população está “inchada” e a rede municipal não comporta mais toda a demanda. Adolescentes do ensino médio encontram ainda mais dificuldade, e há registros de que precisam estudar em bairros muito distantes, como Jardim Botânico e às vezes até outra cidade, como Nova Iguaçu. Na área da saúde há 1 posto de saúde e um pólo do Programa Saúde da Família. Não existe nesta região um hospital público, as famílias são obrigadas a procurar os hospitais de Campo Grande, Santa Cruz ou Barra da Tijuca quando precisam de um atendimento médico especializado.⁴³

De acordo com dados do Instituto Pereira Passos, os indicadores de vulnerabilidade de Pedra de Guaratiba são alarmantes, quase 20% das mulheres grávidas ainda são adolescentes, caracterizando um alto índice de maternidade precoce. Uma das conseqüências desse indicador, é que quase metade dos domicílios do bairro é chefiado por mulheres.⁴⁴ A taxa de mortalidade infantil (em 2006) foi de cerca de 32%, índice considerado altíssimo já que estamos falando de um bairro da cidade do Rio de Janeiro. 2% das crianças do bairro trabalham fora. E muitas delas ainda estão fora da escola: entre 4 e 5 anos são 47%; entre 5 e 6 anos são 25,17%, refletindo a insuficiência de vagas oferecidas para a educação infantil. Já entre 7 e 14 anos, 4,75% não estudam, o que contraria todas as estatísticas divulgadas pelas políticas públicas, que garantem que 100% das crianças freqüentam escolas, e nós estamos falando da realidade de uma grande

⁴¹ Hoje, somente 10,6% das crianças de 0 a 3 anos freqüentam as creches e 65,6% das crianças de 4 a 6 anos freqüentam as pré-escolas. Censo 2004/2004, IPEA.

⁴² Iniciativa do poder público, que disponibiliza transporte para as crianças chegarem às escolas em bairros caracterizados pelo difícil acesso.

⁴³ Vale ressaltar a fragilidade da rede de saúde na zona oeste, há cerca de dois anos, uma adolescente atendida na ONG em que eu trabalhava, foi ter neném no Hospital Pedro II, em Santa Cruz, os elevadores estavam quebrados e a paciente teve que subir 11 andares de escada. No meio do caminho, seu filho nasceu, literalmente de cabeça na escada. O acontecido foi noticiado nos jornais, sem maiores conseqüências para a rede de saúde. Quanto ao bebê, ficou alguns dias no CTI e passa bem.

⁴⁴ Os homens são responsáveis por 1.975 domicílios, enquanto as mulheres são responsáveis por 930.

metrópole como o Rio. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, 22,12% estão fora das salas de aula, fora os que nunca chegaram à escola, muitos nessa idade já evadiram. Alguns pela falta de vagas disponíveis na região, outros pela necessidade de estarem inseridos no mercado informal de trabalho e complementarem a renda familiar. Em Pedra de Guaratiba, 3,10% da população com mais de 15 anos ainda é analfabeta e 16,61% dos chefes de família estudaram menos de 4 anos, o que podemos presenciar no contato com as famílias atendidas. Outro dado relevante, é que 6% da população do bairro é formada por imigrantes, só ficando atrás da Zona Portuária, Centro, Santa Teresa, Maré, Rocinha e Barra da Tijuca. Se considerarmos a defasagem da realização do levantamento dessa pesquisa e a voracidade com que ocorre o crescimento das favelas na região, poderíamos supor que este índice é, na realidade, bem maior.

Hoje, Pedra de Guaratiba é composta por famílias que vieram principalmente do Norte e Nordeste do nosso país, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Na atividade profissional diária na região, nos deparamos com algumas colocações que ilustram bem essa realidade. Durante uma tarde em que saímos para realizar visitas domiciliares a algumas famílias, o motorista da instituição, ao entrar na favela do Piraquê, ironiza: “Quando a gente entra aqui parece até que está na Paraíba, olha a cabeça deles...” A fala angustiada da diretora de uma escola da rede municipal de educação, que ficou com uma média baixa no IDEB⁴⁵, justifica que o problema de sua escola é a alta rotatividade da comunidade: “Olha, se vocês passarem uma semana aqui vão ter a impressão que a Paraíba é aqui do lado, pois uma hora eles pedem pra trancar matrícula porque vão voltar pra terrinha, daqui a pouco já estão aqui de novo pedindo vaga porque já voltaram pro Rio de Janeiro.” Passando um dia no bairro é fácil perceber a identidade territorial com base na cultura nordestina, como os forrós e a barraca vendendo vários tipos de carne no meio da rua. O bairro também recebe pessoas de outros estados da região Sudeste, como Minas Gerais e até de outros bairros da cidade do Rio de Janeiro, mudanças estas, geralmente relacionadas à busca de locais menos violentos e com menor custo de moradia. Outro fator relevante no perfil da população de Pedra de Guaratiba é a instabilidade ocupacional. De maneira geral esta população está vinculada ao mercado informal da economia, mercado este onde não há regulação do trabalho ou direitos trabalhistas. O que está em jogo neste tipo de relação trabalhista é a sobrevivência de muitos em nossa sociedade, evidenciando uma massa de reserva que não apresenta chances de (re)ingresso no mercado formal.

É muito significativo o isolamento social, a ausência quase total de serviços urbanos e o aumento do poder exercido pela rede criada pelos poderes paralelos. Pavez &

⁴⁵ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Oliveira (2002) estão descrevendo a realidade de uma favela de São Paulo, mas muito se assemelha à vida dos pobres em Pedra de Guaratiba, caracterizando a grande fragilidade que marca suas vivências.

(...) as casas vão mudando de aparência, a vegetação perde a cor, há muitas pessoas nas ruas, não há trabalho, não há lazer (...) Confinadas em verdadeira concentração de pequenos guetos (...) O ócio é a principal ocupação (...) A população mora em lugares de altíssima concentração, em ruas desenhadas por ela mesma, com a numeração das casas aparentemente ao gosto de cada um, sem obedecer a qualquer lógica (...) (p. 83).

A violência, uma outra face do esquecimento e do abandono, já se faz presente no dia a dia das famílias. Vale destacar que a violência que os atinge no cotidiano não se reduz às dificuldades para sobreviver, mas a violência de “mil faces: do governo, do patrão, da polícia, dos bandidos, dos vizinhos.” (Sawaia apud Yazbeck, 1990). Além desses tipos de violências, a população de Pedra de Guaratiba vem, nos últimos anos, convivendo com o tráfico de drogas, e, recentemente, com as milícias que estão obtendo cada vez mais espaço na comunidade. Consideramos o tráfico e a milícia como “duas faces da mesma moeda”, que imprimem formas bem parecidas de manutenção de uma ordem criada por eles e de formas clientelistas de intermediação de interesses, o que traz como consequência uma comunicação assimétrica entre a comunidade e a cidade. Gerando assim uma força coercitiva, que confunde respeito com medo e atua como instância de mediação e arbitragem, e se posiciona como instância moral.

Esse território habitacional (favela) costuma abrigar poderosos mecanismos de controle social, que, embora constituam, em muitos casos, cidadelas que protegem parcialmente seus moradores da insegurança social e da escassez absoluta, trazem consigo mecanismos de regulação da participação política, que contribuem para mantê-los afastados da polis. (Burgos, 2002, p. 22).

Os segmentos mais frágeis de nossa sociedade parecem abrir mão da liberdade em favor de alguma forma de proteção. Isso fica claro em discursos de parte da população de uma favela específica de Pedra de Guaratiba, Jardim Guaratiba, mais conhecida como Favela da Foice, e que até uns três anos atrás era comandada por uma facção do tráfico bem conhecida na cidade. E atualmente é gerenciada por milicianos. Ironicamente podemos ouvir de alguns moradores que hoje tudo está tranqüilo e não tem mais violência, ao mesmo tempo em que nos contam que as crianças e os adolescentes não podem mais ficar na rua até tarde, porque tem sinal de recolher. “E eles já avisaram, se não obedecer...” Com certeza essa não é a mesma opinião de um das mães entrevistadas ao longo dessa pesquisa, e que uma semana após a entrevista, teve seu filho mais velho assassinado pelos milicianos, assim como tantas outras mães da Favela da Foice. Burgos (2002) salienta ainda que essa forma de “controle social tende a reduzir o contato dos

moradores das favelas com o mundo dos direitos, expondo-os a autoridades locais pré-jurídicas (...)” (p. 29).

Uma outra característica preocupante que vem ocorrendo é a enorme influência exercida pelo tráfico de drogas ou milicianos no perfil do voto dos moradores. Nas últimas eleições, observamos candidatos que representavam uma ou outra facção criminosa, e muitos deles tendo sido eleitos. Considerando a realidade de Pedra de Guaratiba, na época da eleição, na localidade Jardim Guaratiba (ou Favela da Foice), policiais juntamente com emissoras de televisão invadiram a “associação de moradores” e encontraram material de campanha de um candidato da região, que posteriormente foi o vereador mais votado de um partido considerado de “esquerda” e que sempre primou pela ética.

A expansão da milícia na região tem efeitos cada vez mais graves. Como citado acima, além de ocuparem cargos políticos, também estão representados em diferentes segmentos das instituições públicas de nossa cidade, como o Conselho Tutelar. Na fala de uma promotora da infância atuante na zona oeste, a grande diferença entre os traficantes e os milicianos, é que no primeiro caso nossos inimigos estão localizados. Já os milicianos têm o nosso telefone celular e sentam à mesma mesa durante uma reunião de trabalho. Um outro episódio também merece ser registrado. É prática da região que durante os finais de semana sejam montados pequenos parques de diversão para a comunidade pobre levar (e pagar) para que os filhos tenham um pouco de lazer. Um grupo de milicianos, durante um final de semana montou um parque desses no pátio/quintal de uma escola municipal. Quando chegou segunda-feira e as aulas foram reiniciadas, o parque continuava montado. A diretora então pediu para que desocupassem o espaço, já que não podia receber as crianças com um parque no pátio da escola. Para resolver a situação, milicianos mandaram construir um portão entre o parque e a grade da escola (entrada dos alunos), se apropriando de um espaço público. O caso chegou à Coordenadoria Regional de Educação, que marcou uma reunião com o grupo para solucionar o problema. Os milicianos chegaram para a reunião na sala da Coordenadora, e antes da conversa começar, colocaram sobre a mesa uma granada. O problema estava resolvido, e a escola ficou sem parte do terreno. Pensar que o poder público perdeu a sua força nos leva a uma armadilha complicada, pois as pessoas que cometem atos arbitrários e fazem a sua própria lei, na maioria das vezes, quando falamos de milicianos, são representantes desse poder. Que entram pela porta da frente da escola, sentam na sala da diretora, se apresentam como “*milícia renovada*” e garantem segurança e tranquilidade, submetendo os moradores das favelas a uma “*cidade sem lei*”, ou nas palavras de José Murilo de Carvalho, a “*pequenas repúblicas*”, que constroem a sua “*moralidade local*”.

Assim como o tráfico de drogas se aproveitou da população mais frágil, comprando remédios e oferecendo cestas básicas, ou até mesmo pagando o enterro quando algum de seus “meninos” morria, as milícias também têm promovido ações assistencialistas. De acordo com Burgos (2002), “isso confere prestígio e legitimidade ao exercício da autoridade, criando laços de lealdade que podem ser mobilizados para os mais diversos fins.” (p. 50). O que podemos observar é a construção de uma cidadania tutelada, e sua característica mais marcante é a alienação. Ou como muito bem nos diz Baiarl & Almendra (2002), “a lei do silêncio não é só uma instituição combinada, mas, principalmente, um desenvolvimento natural e instintivo de defesa, frente às faltas de alternativas reais e concretas no âmbito estatal e coletivo” (p. 64), apontando que como o Estado não está assumindo a liderança da reação, não dá parâmetros nem segurança.

Da mesma forma que se apropriam de espaços, também se apropriam de pessoas, e a fala de uma adolescente de 14 anos traz a dimensão de uma realidade que choca e nos coloca diante de uma impotência avassaladora: “*Aí tia, a polícia falou que buceta foi feita pra dar.*” (sic). Burgos (2002) consegue traduzir bem o que se passa quando aborda “sua (da milícia) potencial capacidade coercitiva, que não dispensa o medo como elemento estabilizador.” (p. 59).

No ano de 2003, a Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, localizada em Pedra de Guaratiba, promoveu o IV Festival de Poesias, com a temática “Um Olhar sobre Pedra de Guaratiba”. Podemos observar que nas produções dos adolescentes, estão ilustradas problemáticas enfrentadas pelo bairro hoje, abordadas acima, como veremos a seguir: “Lugar de um povo humilde / Que tira o sustento do mar / Mar que apesar de poluído / Ainda me deixa distraído / E até mesmo admirado / Vendo no reflexo das águas / Garças num lindo bailado.”⁴⁶ “É triste de ver / meu bairro sofrer / o extremo desrespeito e o descaso / Talvez não haja jeito / Quem o conheceu / há um tempo atrás / vê que hoje é um bairro / que já não tem paz.”⁴⁷ Nas produções desses adolescentes também aparecem as qualidades do bairro, caracterizando a contradição em que vivem seus moradores: “Aqui tem tudo de bom / Tem peixe, siri e camarão / Tem festa, que é pura animação / Vem gente de todos os lados / Campo Grande, Sepetiba e Cesarão (...) Se você nunca veio aqui / Então venha, que vai gostar / Dessa Pedra de Guaratiba / Que jamais esquecerá.”⁴⁸ Também podemos observar a fala daqueles que vieram de outras regiões do

⁴⁶ Trecho da poesia intitulada “Lembranças”, de autoria de Virgínia P. de Oliveira (turma 802) – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.

⁴⁷ Trecho da poesia intitulada “Lamento de um pescador”, de autoria de Josemar da S. Monteiro (turma 801) – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.

⁴⁸ Trecho da poesia intitulada “A Pedra Encantadora”, de autoria de André Luiz V. da Conceição (turma 802) – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.

estado e já declaram arrebatamento pelo novo bairro: “Vivia na Baixada a procura / De um lugar para morar / Conhecendo Guaratiba / Fui logo me apaixonar.”⁴⁹

Esse capítulo foi a base necessária para localizarmos de que lugar estamos falando.

Como o foco de nosso trabalho é a constituição da mulher nesses espaços, construiremos a história da mulher na sociedade de tal modo que essa contextualização possibilite a discussão da questão da maternidade nas favelas da periferia, como Pedra de Guaratiba, que é a proposta do capítulo que se segue.

⁴⁹ Trecho da poesia intitulada “Morar em Guaratiba”, de autoria de Simone S. da Silva (turma 802) – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.